

As percepções da opinião pública sobre o desempenho do Ideb

Resumo

Este trabalho visa interpretar a opinião pública a respeito do desempenho do Ideb. A justificativa do tema recai sobre as associações – “questionáveis” – entre o bom desempenho de escolas e municípios, segundo o Ideb, e fatores casuais ou subjetivos – não pedagógicos ou sociológicos. Esta pesquisa utilizou-se do estudo hemerográfico como metodologia de trabalho, com criação de um Banco de Dados através da sistematização das notícias que mencionam o Ideb, publicadas na Folha de São Paulo entre 2007 e 2013. As percepções da opinião pública sobre o desempenho do Ideb são representadas pelos relatos de gestores públicos, professores, diretores e alunos das escolas públicas, entre outros. Tanto bons como maus desempenhos do Ideb são associados principalmente aos professores pela opinião pública.

Palavras-chave: Ideb, desempenho, opinião pública, pesquisa hemerográfica

Helena Hinke Dobrochinski Cândido
Universidade Federal de Santa Catarina
helenadobro@hotmail.com

1. Introdução

Os indicadores, ou índices, são os mecanismos mais óbvios de avaliação de políticas públicas. Um indicador é uma medida, em geral quantitativa, que captura dados importantes relacionados a uma atividade, fenômeno ou situação e fornece informações que auxiliam no processo de tomada de decisão. A avaliação de políticas públicas é um pressuposto do republicanismo e visa a prestação de contas do serviço público, objetivo este atualmente conhecido como *accountability*. A avaliação de políticas públicas traz visibilidade e transparência aos processos políticos e sua metodologia traduz legitimidade às ações políticas.

Os assuntos públicos são discutidos pelos atores públicos e privados na esfera pública. Esse processo culmina na formação da opinião pública. A esfera pública, sob a ótica de Habermas (1997), forma uma estrutura intermediária entre o sistema político e a sociedade civil.

Este artigo tem como objetivo interpretar a opinião pública a respeito do desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nas escolas, municípios, estados e nacionalmente. O Ideb foi criado em 2007 para avaliar o sistema de ensino brasileiro. A justificativa do tema recai sobre as associações – “questionáveis” – entre o bom desempenho de escolas e municípios, segundo o Ideb, e fatores casuais ou subjetivos – não pedagógicos ou sociológicos (um “diretor dinâmico”, por exemplo).

A educação é um campo de tradição normativa, fortemente ideologizado, de origem religiosa. No Brasil, tradicionalmente, a educação é refém do clientelismo e a profissão de professor é desvalorizada. A partir da década de 1990, quando se instituiu a universalização da educação no país, o problema da educação brasileira deixou de ser o acesso à escola. Agora, os entraves são a desistência e o atraso escolar.

Esta pesquisa exploratória utilizou-se do estudo hemerográfico como metodologia de trabalho, com criação de um Banco de Dados através da sistematização das notícias que mencionam o Ideb publicadas na Folha de São Paulo, de março de 2007 a junho de 2013. Foram criadas tabelas e gráficos, associando o material coletado, para facilitar a

análise sociológica quantitativa e qualitativa, conforme se observa no decorrer deste artigo.

2. A opinião pública como alavanca para a ação política

A opinião pública é decorrente de processos de comunicação que envolvem linguagem, conversações cotidianas e manifestações particulares. Habermas (1997) discorre acerca da dominação das elites sobre o Estado e as massas, que leva, na maioria das vezes, ao desprezo aos interesses sociais da população. As exceções ocorrem quando o sistema político articula as necessidades públicas relevantes com os trabalhos do sistema administrativo e legislativo. Isso acontece por meio da comunicação. Habermas (1997) defende que a integração de uma sociedade se dá por meio do poder comunicativo dos cidadãos que a compõem e caracteriza a esfera ou espaço público como um sistema, com horizontes abertos, permeáveis e dinâmicos.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em *opiniões públicas* enfeixadas em temas específicos. (HABERMAS, 1997, p. 92)

Os agentes que participam ativamente da troca de informações e da formação de opinião dão forma à esfera pública.

O público que lhe serve de suporte é recrutado entre a totalidade das pessoas privadas. E, em suas vozes díspares e variadas, ecoam experiências biográficas causadas pelos custos externalizados (e pelas disfunções internas) dos sistemas de ação funcionalmente especializados – causadas também pelo aparelho do Estado (...) Os problemas tematizados na esfera pública política transparecem inicialmente na pressão social exercida pelo sofrimento que se reflete no espelho de experiências pessoais de vida. (HABERMAS, 1997, p. 97)

A formação da opinião de cada indivíduo, considerando suas experiências biográficas, suas vivências e sua subjetividade, culmina na formação da opinião pública, através da discussão de determinado assunto com um ou mais indivíduos, que também utilizam seus repertórios de vida e subjetividade para enriquecer o discurso. Dryzek

(2004) conceitua a opinião pública como “resultado provisório da competição de discursos na esfera pública conforme transmitido ao Estado” (2004, p. 52). Para o autor, as manifestações particulares formam uma “constelação de discursos” e, conseqüentemente, a opinião e a esfera pública. No entanto, Dryzek (2004) salienta que as manifestações particulares (conversas, discussões etc.) devem possibilitar a conexão da experiência particular do indivíduo ou grupo com algum princípio mais geral, caso contrário, não serão consideradas “públicas”. Quando a opinião pública gera uma decisão coletiva, consistente com a “constelação de discursos”, pode-se dizer que possui “legitimidade discursiva”. Assim, é possível afirmar que a formação de opinião pública tem papel fundamental para a ação política, pois “(...) embora discursos não possuam agência, eles possuem sim a capacidade de subscrever ou desestabilizar resultados coletivos – a qual, do ponto de vista da legitimidade, é o aspecto mais importante da agência com o qual começar” (DRYZEK, 2004, p. 53).

3. O Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 pelo Plano de Desenvolvimento da Educaçãoⁱ (PDE). Foi lançado em abril do mesmo ano pelo Ministro da Educação Fernando Haddad, no segundo mandato do governo Lula. Sua criação remonta a necessidade de educadores, gestores públicos e especialistas de se estabelecer um padrão e critérios para monitorar o sistema de ensino no Brasil. Antes de descrevê-lo, convém analisar a história das políticas públicas de educação no país, especialmente no que concerne a sua análise e avaliação.

A educação pública no Brasil “ganha corpo e expressão nacional” (THIMOTEO, 2003, p. 15) a partir de 1940. A Constituição de 1946 já previa o ensino como direito de todos e dever do Estado, no entanto, foi o desenvolvimentismo da década de 1950 que impulsionou as cobranças sociais pela educação. Nas duas décadas seguintes, observou-se uma expansão acelerada e desordenada do ensino público no país, especialmente nos grandes centros urbanos (FARRAH, 1994). Porém, a centralização política e financeira na esfera federal, a fragmentação institucional, a exclusão da população dos processos decisórios e o clientelismo comprometeram a qualidade da educação (THIMOTEO, 2003).

A crise do Estado ocorrida nos anos de 1970 levou ao esgotamento do modelo de intervenção estatal. Diversas teorias emergiram na década seguinte defendendo a reorganização do Estado, através de reformas políticas, democratização e descentralização. O modelo gerencialista, sob influência do neoliberalismo, ganha ênfase na administração pública. As novas regras institucionais e funcionais do Estado foram descritas na Constituição Federal (CF) de 1988 e criaram-se os Sistemas de Ensino Federal, Estadual e Municipal.

Os anos 1990 foram marcados por reformas nas estruturas e no funcionamento do Estado; houve desregulamentação econômica, privatização de empresas estatais, abertura de mercados, reformas nos sistemas de previdência social, saúde e educação, utilizando a descentralização como forma de otimizar recursos. A reorganização da educação brasileira está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, que promoveu a redefinição dos papéis desempenhados pelas esferas governamentais nas políticas educacionais, entendendo que a educação é uma responsabilidade igualmente compartilhada entre os governos subnacionais e que deve contar com a participação ativa da sociedade (CASTRO, 1999).

A CF/88 pretendia que a educação fosse organizada segundo diretrizes e bases comuns em todo o território nacional, o que configuraria um Sistema Nacional de Educação. Entretanto, esta proposta foi rejeitada sob o argumento de inconstitucionalidade, uma vez que o Brasil é uma República Federativa e a própria Constituição reconhece a competência dos Estados para legislar sobre a matéria (THIMOTEO, 2003). Apesar desta rejeição, a LDBEN, em seu artigo 9º, atribuiu à União a competência de “coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação”, além de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi criado na década de 1980, mas a primeira avaliação ocorreu somente em 1990. A responsabilidade pela avaliação do rendimento escolar em nível nacional é da União e as provas são aplicadas a cada dois anos. Inicialmente aplicaram-se provas de matemática, língua portuguesa e ciências aos

alunos do Ensino Fundamental. Em 1995 foi decidido que o público avaliado seria as etapas finais dos ciclos de escolarização: 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental (que correspondem aos 5º e 9º anos atualmente) e 3º ano do Ensino Médio. A partir da edição de 2001, o SAEB passou a avaliar apenas as áreas de Língua Portuguesa e Matemática, além da aplicação de questionários contextuais dirigidos aos alunos participantes e à comunidade escolar. Em 2005, o SAEB foi reestruturado, passando a ser composto por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), que abrange de maneira amostral os estudantes das redes públicas e privadas do país, localizados nas áreas rural e urbana e matriculados nos 5º e 9º anos do ensino fundamental e também no 3º ano do ensino médio; e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, que é aplicada censitariamente a alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Os resultados da Aneb são apresentados para cada Unidade da Federação, Região e para o Brasil como um todo, enquanto que a Prova Brasil oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país. Ambos os resultados são utilizados no cálculo do Ideb, que surgiu como solução para o monitoramento do sistema de ensino, uma necessidade latente manifestada no PDE de 2007.

Possuir um indicador sintético de desenvolvimento educacional seria desejável, entre outros motivos, para: a) detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa *performance* e b) monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino. (FERNANDES, 2007, p. 8)

O Ideb reúne dois aspectos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar (índices de aprovação obtidos no Censo Escolarⁱⁱ) e médias de desempenho das avaliações bianuais do SAEB (Aneb e Prova Brasil). A combinação de ambos tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no SAEB, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O índice segue uma escala de zero a dez. Sua grande vantagem é a possibilidade de comparação em níveis de unidade escolar, de município, de estado e nacionalmente. Além disso, é a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidadeⁱⁱⁱ do PDE para a educação básica. O Ministério da Educação (MEC) pretende concentrar esforços, através de dois programas nos mil municípios com os piores indicadores: um prevê ajuda técnica e financeira e o outro oferece recursos para que a jornada escolar seja estendida, podendo, até mesmo tornar-se integral.

4. Metodologia de trabalho

Optou-se pelo estudo hemerográfico para realização desta pesquisa, que, de acordo com Spaniol (2012, p. 6), é um método de pesquisa exploratória, caracterizada por dados disponíveis de forma bruta ao pesquisador, para os quais não existem categorias teóricas prontas. O estudo hemerográfico capta, “(...) a partir de notícias de jornais, categorias importantes em determinados contextos sociais” (SPANIOL, 2012, p. 5).

Há a disponibilidade de um conjunto de informações, que sistematizadas, possibilitam compreender a dinâmica do fenômeno a partir da estrutura comum à maioria das notícias, quais sejam: a descrição do fenômeno ou fato; a conflitividade, ou os fatos que motivam sua publicidade; os atores sociais, políticos e institucionais envolvidos; a dimensão espacial e temporal do fenômeno ou fato; e, os desdobramentos que sucederam em torno do fenômeno ou fato. (SPANIOL, 2012, p. 5)

Verificou-se que não há dados coletados previamente, em pesquisa exploratória, através de entrevista ou questionário, que representem a opinião pública a respeito do desempenho do Ideb. Um levantamento primário, mesmo que realizado somente em pequena escala (em um dos estados brasileiros, por exemplo), envolveria um orçamento dispendioso e esta pesquisa não dispõe de financiamento. Além disso, uma coleta de dados em pequena escala, ou com amostra pequena, não traria a abrangência de opinião pública de diferentes atores disponível nas reportagens da Folha de São Paulo.

Há outras vantagens advindas do uso de fontes jornalísticas. Segundo Offe (1984), a mídia mostra problemas que saem da questão particular e partem para a esfera pública.

Seibel (2013) defende sua utilização, mesmo considerando os fatores de limitação ideológica,

Os jornais conferem visibilidade pública a fatos e fenômenos. (...) As matérias jornalísticas expressam a dimensão de interesses, conflitos e dimensão das conflitividade que perpassam a dinâmica dos fatos e fenômenos. (...) A partir de uma pesquisa hemerográfica pode-se analisar o desdobramento de um fato numa perspectiva global. (SEIBEL, 2013, p. 1)

A Folha de São Paulo foi escolhida como fonte das informações por possuir um banco de dados informatizado e disponível e uma longa série histórica, requisitos indispensáveis para a realização de um estudo hemerográfico, de acordo com Seibel (2013), e também por ser o jornal com maior tiragem e circulação no Brasil^{iv}, podendo, assim, representar melhor a opinião pública brasileira a respeito do Ideb.

O Banco de Dados^v dá funcionalidade ao estudo hemerográfico. Spaniol (2012) enumera algumas vantagens da constituição de um Banco de Dados (BD) para a pesquisa exploratória na área das Ciências Sociais, entre as quais, a possibilidade do pesquisador, enquanto sistematiza os dados, captar “as condições de existência do fenômeno em foco, ampliando os conhecimentos em torno do objeto de investigação” e deter “uma melhor visibilidade sobre o objeto de investigação, possibilitando a construção de quadros, gráficos, tabelas e figuras, além de permitir o cruzamento de dados” (SPANIOL, 2012, p. 3).

O Banco de Dados desta pesquisa foi inicialmente constituído de 268 reportagens que mencionam o termo “Ideb”^{vi} publicadas em diversos cadernos do jornal em questão, conforme apresentado no Gráfico 1. O período selecionado para pesquisa reflete toda a trajetória de vida do Ideb, desde a sua concepção, em 2007, até junho de 2013. A distribuição das reportagens ao longo deste período está demonstrada no Gráfico 2. Observa-se que a publicação de reportagens que mencionam o Ideb segue um padrão temporal. Excetuando-se as publicações de 2007, ano de sua introdução, o grande volume de reportagens ocorre nos anos pares – 2008, 2010 e 2012 –, quando ocorre a

divulgação dos resultados do Ideb, cujas provas são realizadas em anos ímpares, no caso 2007, 2009 e 2011.

Gráfico 1. Número de reportagens publicadas na Folha de São Paulo que mencionam o Ideb, por caderno (março/2007 – junho/2013)

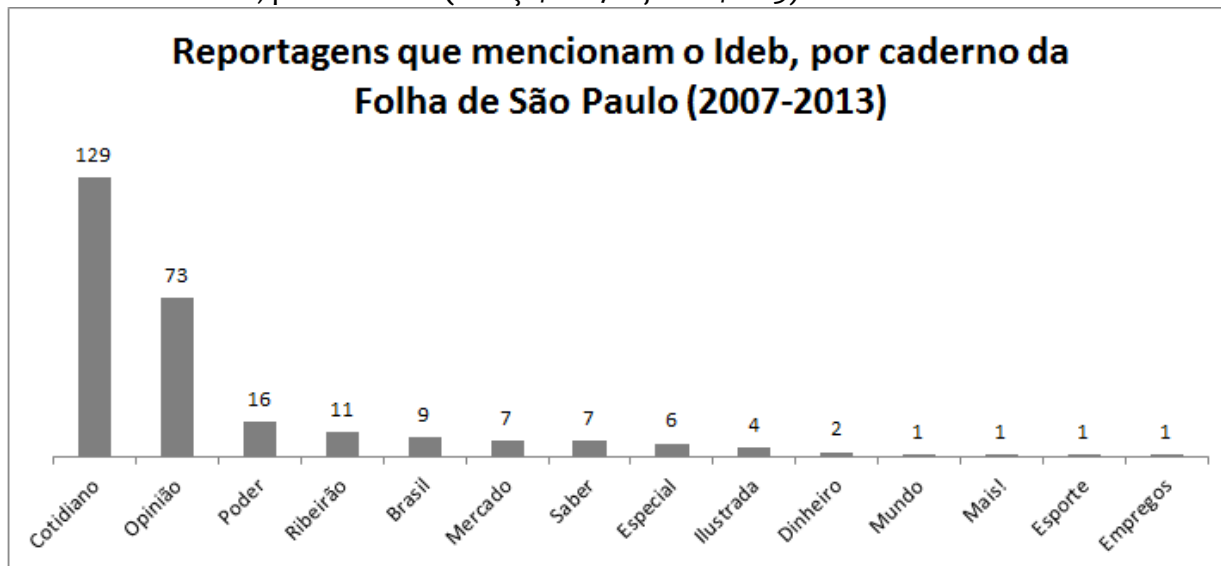
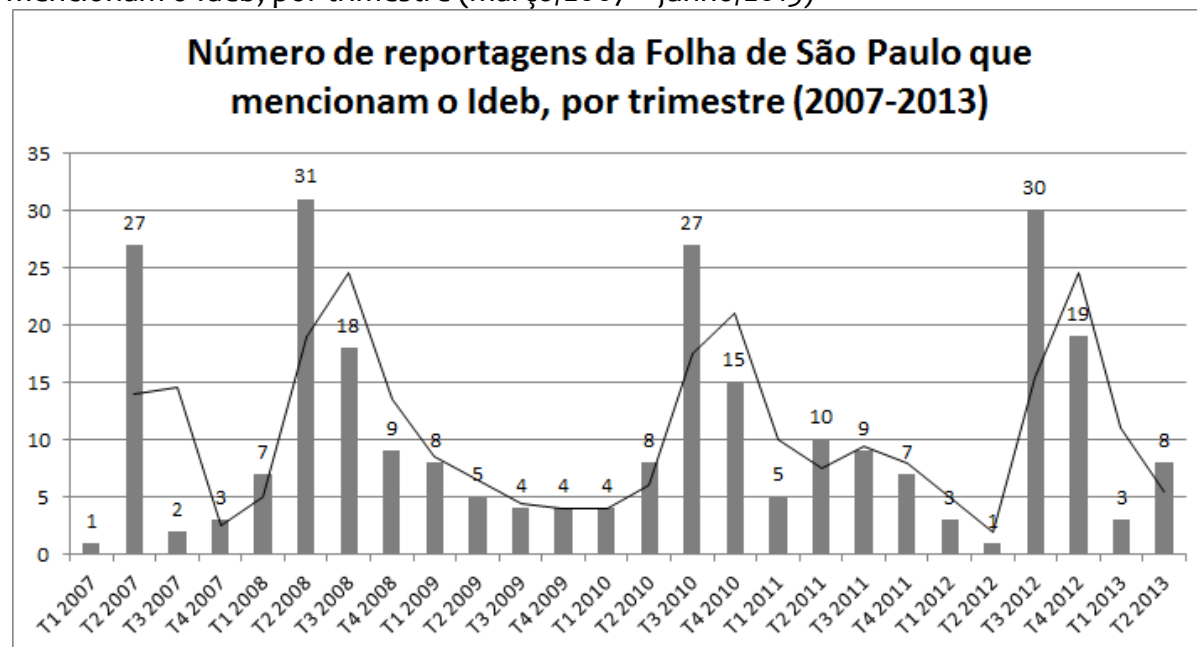


Gráfico 2. Número de reportagens publicadas na Folha de São Paulo que mencionam o Ideb, por trimestre (março/2007 – junho/2013)



No entanto, com o intuito de direcionar a pesquisa para o objetivo proposto, as reportagens foram classificadas. Buscou-se selecionar apenas as reportagens que se

referem ao desempenho de escolas e municípios segundo o Ideb. Foram excluídas da Base de Dados as reportagens do caderno “Opinião” e outras tantas com caráter opinativo e analítico, a fim de prezar pela imparcialidade^{vii} das informações analisadas, e as reportagens cujo enfoque não estava voltado à questão do desempenho do Ideb.

Dentre as 268 reportagens iniciais, esta pesquisa analisou 77 reportagens que apontam diferentes fatores que a opinião pública, representada por gestores públicos, pesquisadores, professores, diretores, pais e alunos, julga influenciar o desempenho do Ideb. Mais de 80% das reportagens analisadas foram publicadas no caderno Cotidiano^{viii}, conforme ilustrado no Gráfico 3. A distribuição temporal destas reportagens segue a mesma tendência verificada no universo das 268 reportagens, ou seja, um volume predominantemente maior de reportagens publicadas nos anos pares, logo após a divulgação dos resultados do Ideb (junho de 2008, julho de 2010 e agosto de 2012).

Gráfico 3. Percentual da distribuição das reportagens classificadas, por caderno da Folha de São Paulo (março/2007 – junho/2013)

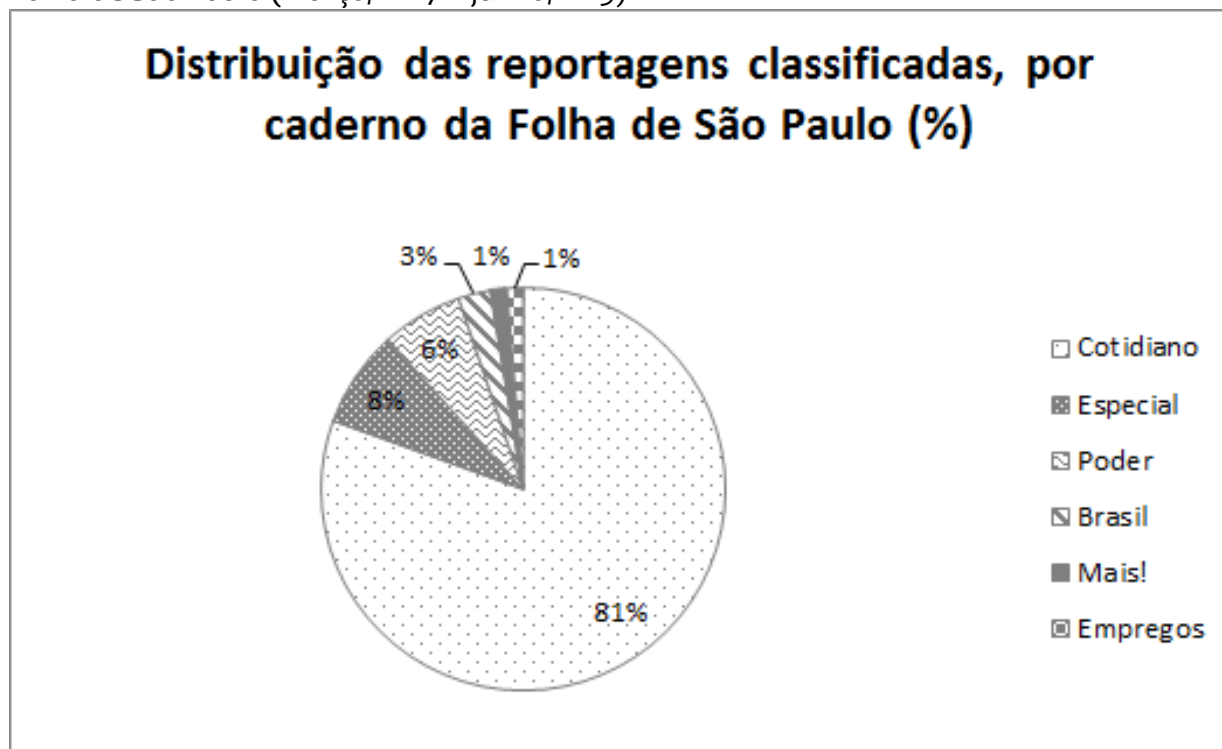
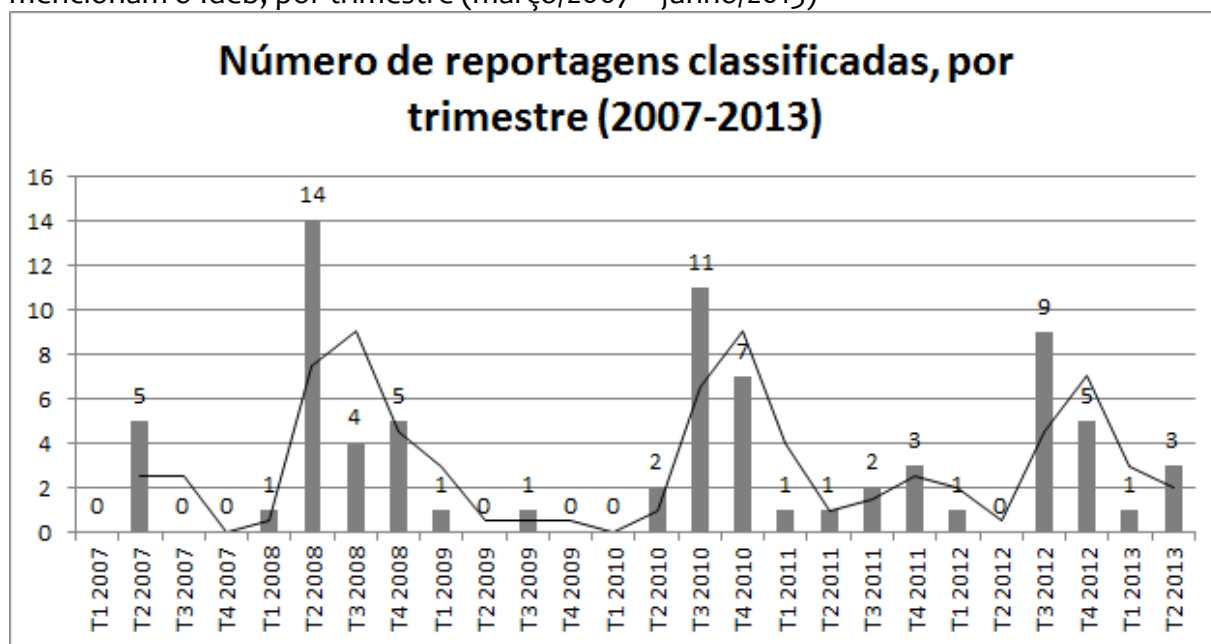


Gráfico 4. Número de reportagens publicadas na Folha de São Paulo que mencionam o Ideb, por trimestre (março/2007 – junho/2013)



Com o intuito de aprimorar ainda mais a análise, as reportagens foram reclassificadas, segundo o sujeito que emite a opinião a respeito do desempenho do Ideb. Para lidar com reportagens que trazem a opinião de mais de um sujeito (professores, diretores e alunos, por exemplo), optou-se por separar as falas dos diferentes atores sociais. Neste caso, houve desmembramento da reportagem segundo o número de sujeitos que emitiram opinião a respeito do desempenho do Ideb. Assim, em vez de utilizar o termo “reportagem”, passa-se a usar “relato de opinião pública”. O universo final de análise utilizado nesta pesquisa conta com 96 relatos de opinião pública publicados na Folha de São Paulo. Os emissores de opinião pública apresentados nas reportagens da Folha de São Paulo foram classificados em: alunos, diretores de escolas, especialistas em educação, funcionários de escolas, gestores públicos, organizações não governamentais (ONGs), pais de alunos, professores, jornalistas (reportagens que mencionam somente o fato, sem distinção de quem seria o emissor de opinião pública) e outros (comunidade, agentes diversos do mercado). Dentre os 96 relatos de opinião pública analisados, 43% correspondem à opinião de gestores públicos (Secretários Municipais e Estaduais de Educação, Prefeitos, Governadores, Ministro da Educação, Presidente da República e autarquias federais ligadas à educação) e 16% a especialistas em

Educação (em sua maioria pesquisadores de grandes universidades brasileiras). Diretores de escolas, funcionários, professores, alunos e pais representam 25% dos relatos obtidos nas reportagens da Folha de São Paulo, conforme Gráfico 5 abaixo. Entre as ONGs – 7% dos relatos – destacam-se a Fundação Victor Civita, a Fundação Lemann, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Movimento Todos Pela Educação. A linha de tendência (média móvel) do Gráfico 6 demonstra que o padrão de distribuição temporal do universo inicial de reportagens que mencionam o Ideb na Folha de São Paulo foi respeitado quando se analisam os relatos de opinião pública que constituem a Base de Dados final desta pesquisa.

Gráfico 5. Emissores de opinião pública sobre o Ideb, em reportagens publicadas na Folha de São Paulo 2007-2013 (%)

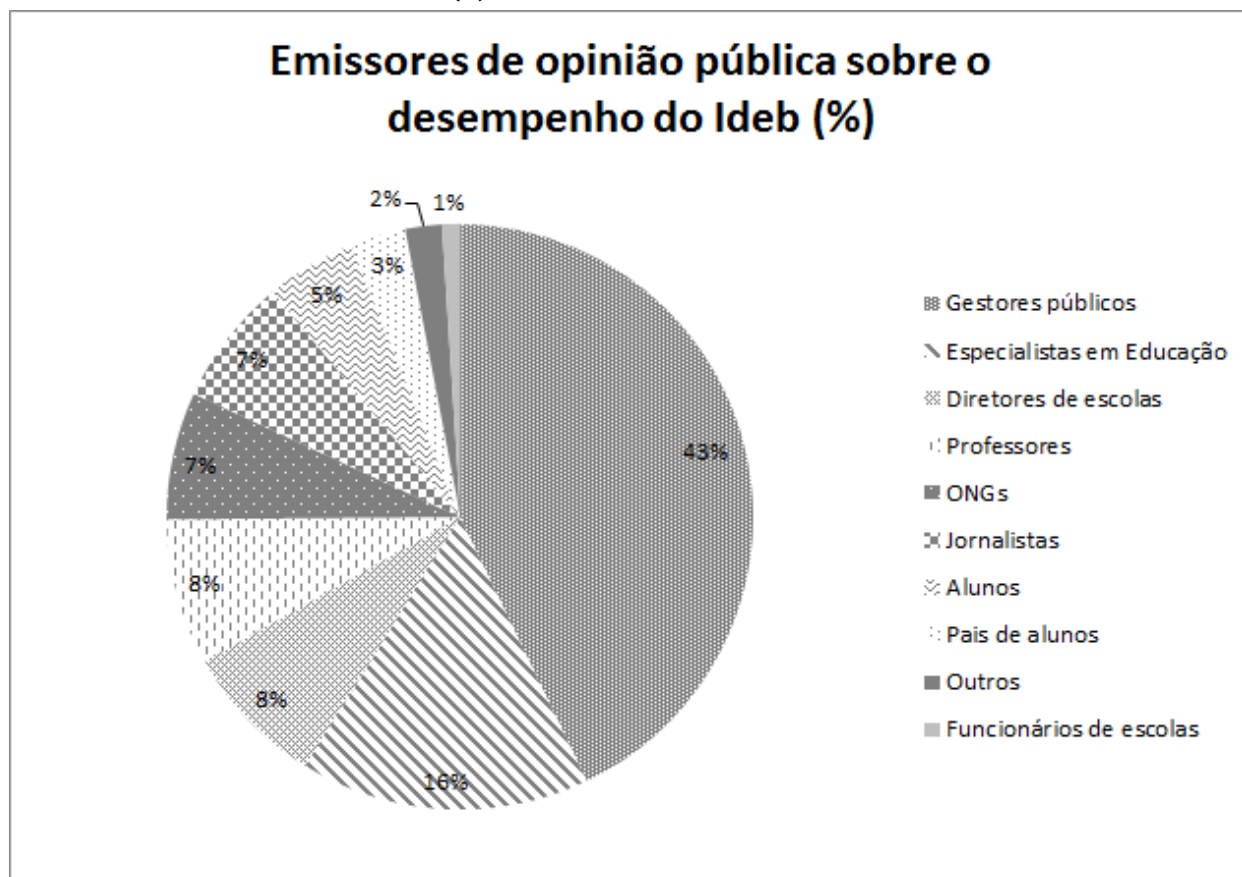
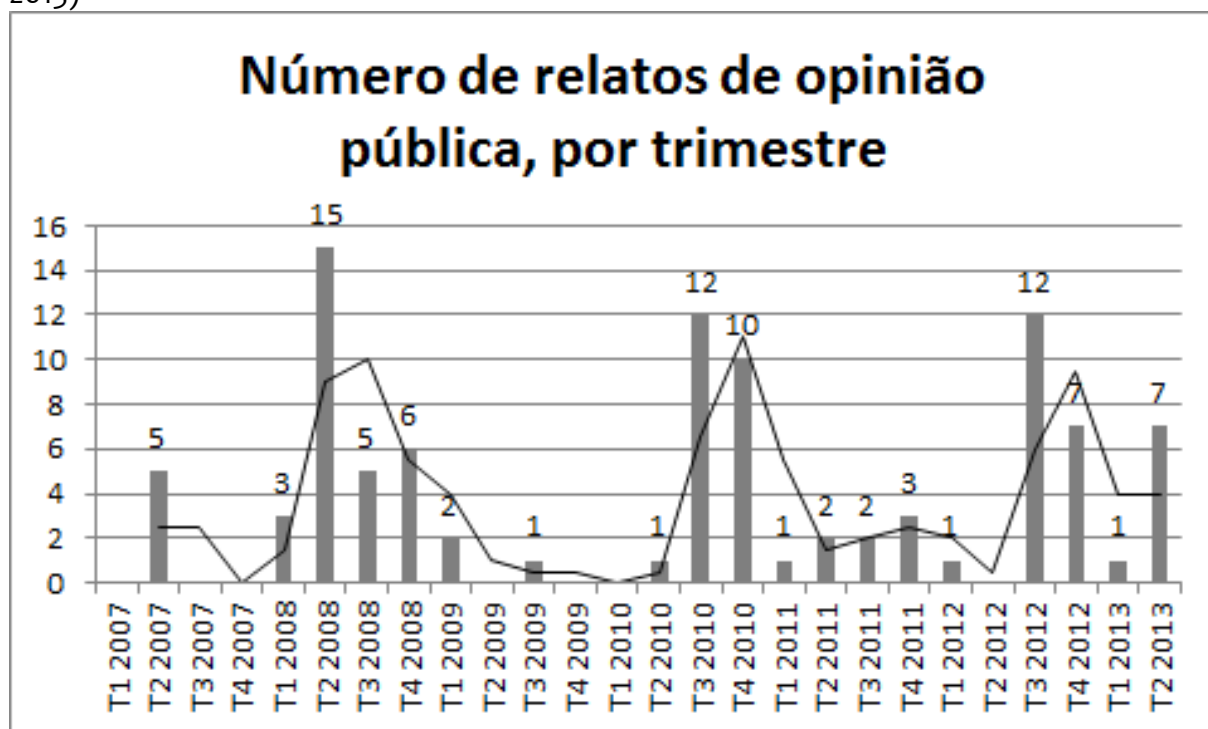


Gráfico 6. Número de relatos de opinião pública sobre o Ideb, por trimestre (2007-2013)



Foram criados tabelas e gráficos, associando o material coletado, posteriormente submetidos a uma análise sociológica quantitativa e qualitativa. Os resultados são apresentados na próxima seção.

5. Análises e resultados

A análise da Base de Dados final, composta de 96 relatos de opinião pública, iniciou-se pela divisão das opiniões em dois grandes grupos: 1) os relatos que apresentam fatores causais para um bom desempenho do Ideb e; 2) os relatos que descrevem fatores causais para um mau desempenho do Ideb. O primeiro grupo consta com 52 relatos e o segundo, com 44.

O segundo passo foi identificar os fatores causais e agrupá-los segundo suas áreas temáticas: 1) alunos; 2) currículo, proposta pedagógica e material didático; 3) diretores de escolas; 4) estratégias das escolas^{ix}; 5) estrutura das escolas; 6) gestão municipal da educação; 7) outros fatores causais; 8) pais de alunos; 9) professores; 10) sistema de

ensino. Os fatores causais e suas áreas temáticas estão dispostos nas Tabelas 1 e 2. Cada um dos emissores de opinião pública analisados – diferentes sujeitos apresentados no Gráfico 5 – mencionou de um a nove fatores causais do bom desempenho do Ideb.

Tabela 1. Distribuição dos fatores causais de bom desempenho do Ideb em áreas temáticas

Fatores causais de bom desempenho do Ideb	
<p>Alunos Autoestima dos alunos Alunos selecionados Avaliação das dificuldades individuais dos alunos Nível socioeconômico dos alunos Meritocracia e bonificação de alunos</p> <p>Currículo, proposta pedagógica e material didático Material didático Projeto pedagógico Treinamento para preenchimento de gabaritos</p> <p>Diretores de escolas Eficiência dos diretores Indicação apolítica de diretores Meritocracia e bonificação de diretores</p> <p>Estratégias das escolas Manipulação das avaliações Reação a resultados anteriores do Ideb Gestão participativa</p> <p>Estrutura Infraestrutura Ambiente de aprendizagem Turno integral Recursos financeiros Uso de laptops Baixo número de alunos por sala de aula</p>	<p>Gestão municipal da educação Implantação de metas e diagnóstico Boa gestão municipal</p> <p>Outros fatores causais Municípios pequenos do interior Queda da taxa de fecundidade</p> <p>Pais de alunos Acompanhamento dos pais Educação dos pais Nível socioeconômico dos pais</p> <p>Professores Avaliação de professores Dedicção dos professores Política salarial e plano de carreira dos professores Capacitação dos professores Motivação dos professores Meritocracia e bonificação de professores</p> <p>Sistema de ensino Progressão continuada Rede bem estruturada Aumento do número de estudantes na educação infantil Cursos médios integrados (institutos federais)</p>

Tabela 2. Distribuição dos fatores causais de mau desempenho do Ideb em áreas temáticas

Fatores causais de mau desempenho do Ideb	
<p>Alunos Evolução na carreira escolar Heterogeneidade dos alunos Altas taxas de reprovação Altas taxas de evasão escolar</p> <p>Currículo, proposta pedagógica e material didático Material didático Currículo</p> <p>Diretores de escolas Baixa eficiência dos diretores</p> <p>Estrutura Infraestrutura Falta de segurança Falta de material Falta de recursos financeiros Falta de merenda Alto número de alunos por sala de aula</p>	<p>Gestão municipal da educação Má gestão municipal dos recursos</p> <p>Outros fatores causais Condições externas</p> <p>Pais de alunos Falta de acompanhamento dos pais</p> <p>Professores Absenteísmo dos professores Falta de professores Baixo salário dos professores Falta capacitação para os professores Baixa motivação dos professores</p> <p>Sistema de ensino Progressão continuada Burocracia do sistema de ensino Inclusão social (aumento de matrículas) Falta de políticas específicas para o final do Ensino Fundamental</p>

Assim, puderam-se extrair algumas considerações a respeito dos fatores causais de desempenho do Ideb, segundo a opinião pública e para os diferentes sujeitos analisados.

A opinião pública^x, de um modo geral, percebe que os professores (27%) são os maiores contribuintes para o bom desempenho do Ideb, seguidos de currículo, proposta pedagógica e material didático (16%), estrutura das escolas (15%) e sistema de ensino (12%). É interessante notar que a opinião pública dá pouco crédito aos alunos (7%), que são os indivíduos efetivamente avaliados – tanto no que se refere ao fluxo (aprovação X reprovação; abandono do estudo) quanto ao rendimento (desempenho nas provas de matemática e língua portuguesa), responsabilizando muito mais seus professores pelo êxito do Ideb.

Dentre os fatores causais relacionados aos professores, a capacitação (37%) é a mais importante para um bom Ideb, conforme a opinião pública. A avaliação dos professores, a sua motivação e a sua dedicação representam 17% cada, dos relatos de opinião pública que indicaram que os fatores causais relacionados aos professores contribuem para um bom desempenho do Ideb. Projeto pedagógico, material didático e infraestrutura das escolas são outros fatores causais citados pela opinião pública que influenciam o bom desempenho do Ideb.

A Tabela 3 relaciona os emissores de opinião pública analisados nesta pesquisa com os fatores causais mais frequentes por eles apontados para um bom desempenho do Ideb.

Gráfico 7. Percepção da opinião pública acerca dos fatores que causam bom desempenho do Ideb

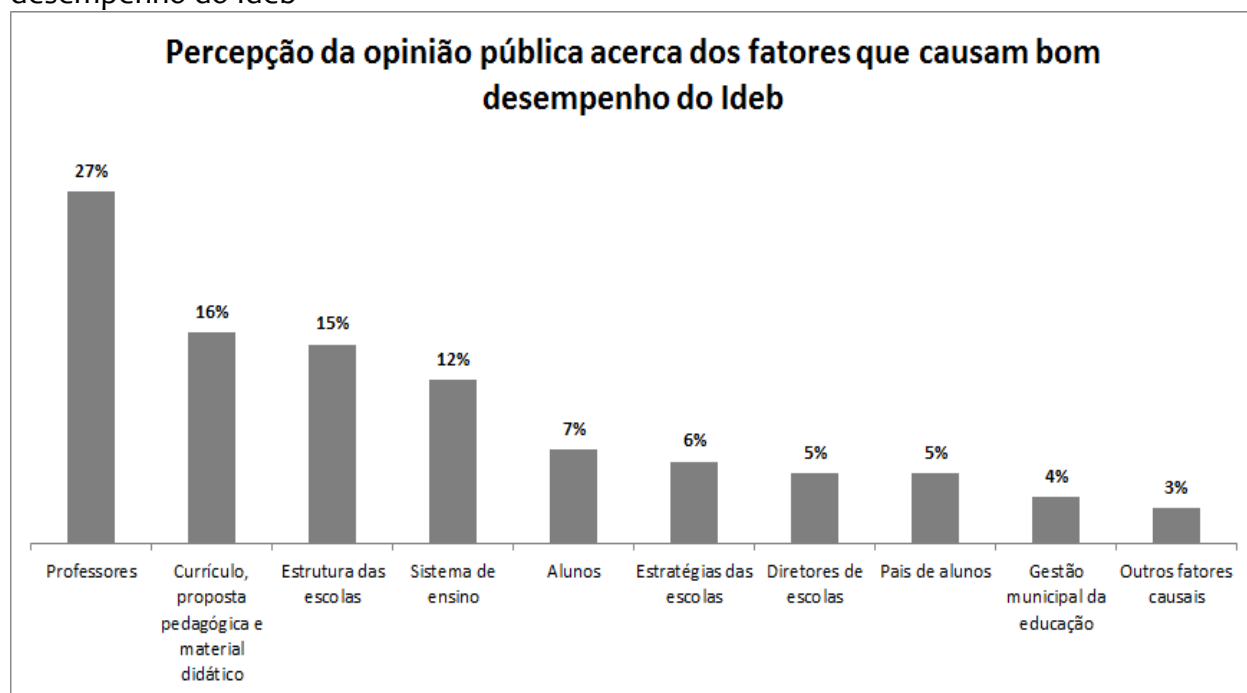


Tabela 3. Fatores causais mais representativos de bom desempenho do Ideb, apontados pelos emissores de opinião pública

Diretores de escolas	<ul style="list-style-type: none">• Estrutura das escolas• Professores
Especialistas em educação	<ul style="list-style-type: none">• Currículo, proposta pedagógica e material didático• Estrutura das escolas• Pais de alunos
Funcionários de escolas	<ul style="list-style-type: none">• Diretores de escolas
Gestores públicos	<ul style="list-style-type: none">• Professores• Sistema de ensino
Jornalistas	<ul style="list-style-type: none">• Alunos• Sistema de ensino
ONGs	<ul style="list-style-type: none">• Professores• Sistema de ensino
Outros	<ul style="list-style-type: none">• Currículo, proposta pedagógica e material didático• Diretores de escolas
Professores	<ul style="list-style-type: none">• Currículo, proposta pedagógica e material didático• Estrutura das escolas• Professores

O mau desempenho do Ideb é percebido pela opinião pública^{xi} como decorrente de problemas também relacionados aos professores (35%). A estrutura das escolas (21%), o sistema de ensino (14%) e os alunos (10%) estão entre os fatores causais mais frequentemente mencionados, depois de professores, pela opinião pública como responsáveis pelo mau desempenho do Ideb. A falta de capacitação dos professores (24%) e seu alto absenteísmo (24%) são apontados como causas do mau desempenho do Ideb por aqueles sujeitos que relacionam o fracasso do índice aos professores. É interessante observar que a falta de professores (20%) também preocupa a opinião pública que relaciona o mau desempenho do Ideb com os professores. A falta de infraestrutura e o aumento do número de matrículas decorrentes de programas de inclusão social também são associados ao baixo índice.

É curioso notar que a opinião pública associa tanto o bom como o mau desempenho do Ideb das escolas, municípios, estados e o índice nacional com aspectos ligados aos professores. Isso ocorre predominantemente na opinião dos gestores públicos, que também constituem o grupo de emissores de opinião pública mais representativo, em número absoluto, nesta pesquisa. A capacitação dos professores – tanto pela sua boa formação universitária quanto pelos treinamentos e cursos frequentados pelos professores – e a falta de capacitação para os professores são responsáveis pelo sucesso e fracasso do Ideb, respectivamente, para a parcela da opinião pública que relaciona o desempenho do Ideb com os professores. Vale ressaltar que esta constatação não é absurda porque a opinião pública é originada da opinião de diferentes indivíduos e a escola ou município para o qual se menciona o desempenho do Ideb não é necessariamente o mesmo.

A Tabela 4 apresenta os fatores causais que contribuem para o mau desempenho do Ideb mencionados mais frequentemente pelos emissores de opinião pública analisados nesta pesquisa.

Gráfico 8. Percepção da opinião pública acerca dos fatores que causam mau desempenho do Ideb

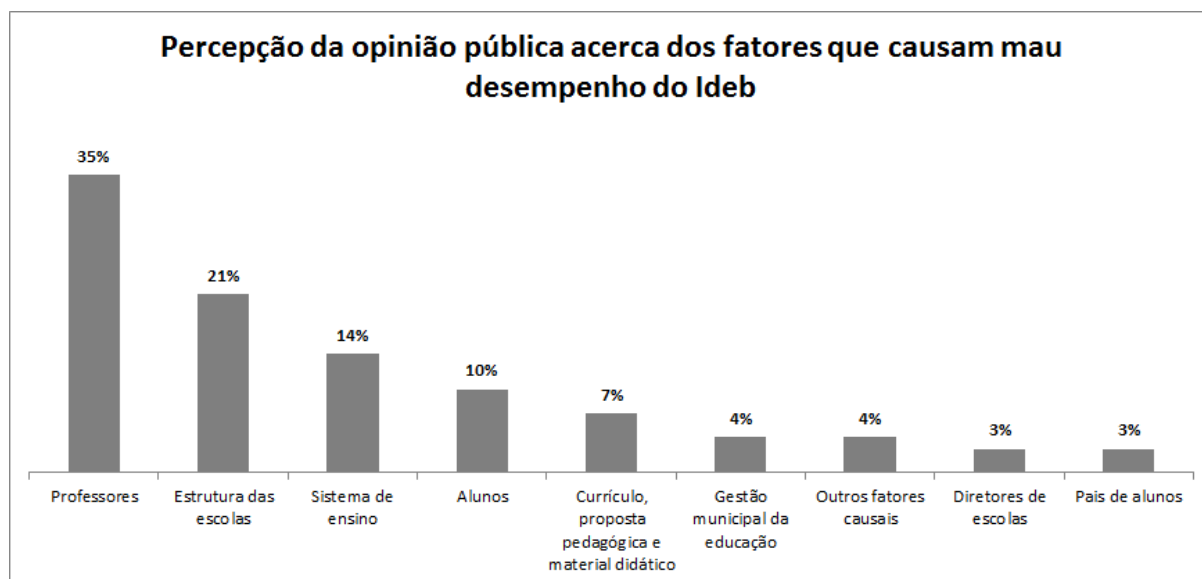
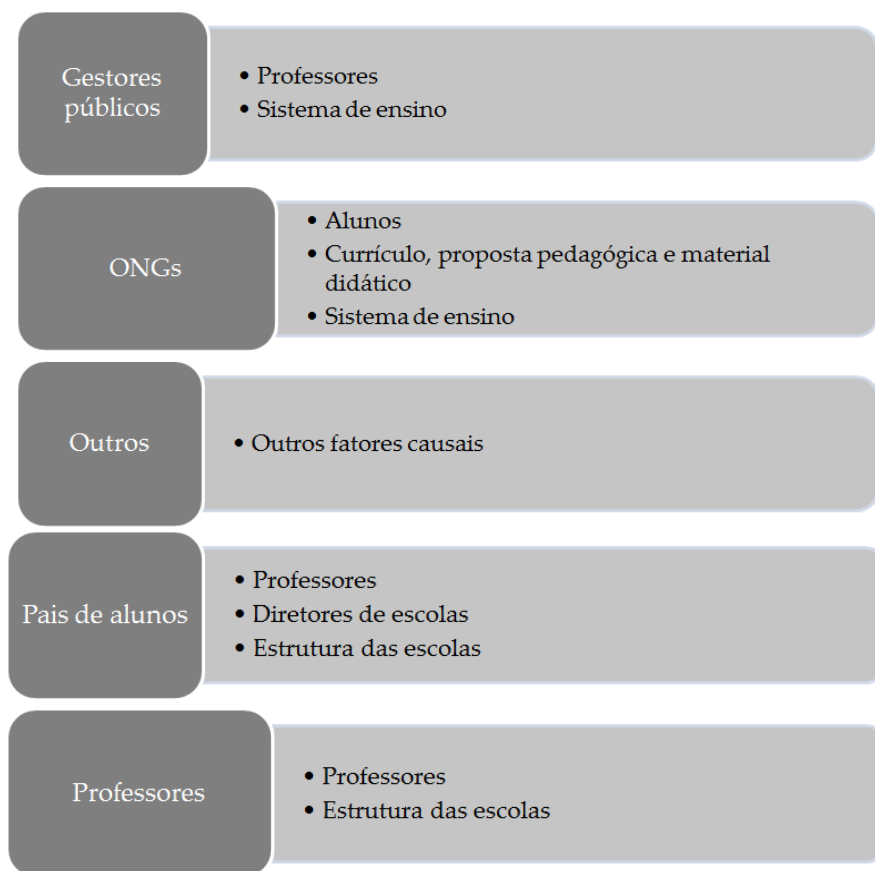


Tabela 4. Fatores causais mais representativos de mau desempenho do Ideb, apontados pelos emissores de opinião pública

Alunos	<ul style="list-style-type: none">• Professores• Estrutura das escolas
Diretores de escolas	<ul style="list-style-type: none">• Estrutura das escolas• Professores• Sistema de ensino
Especialistas em educação	<ul style="list-style-type: none">• Estrutura das escolas• Professores



6. Considerações Finais

A leitura atenta das reportagens da Folha de São Paulo que mencionam o Ideb levou a uma série de constatações sobre o índice. Professores, diretores de escolas e gestores públicos, especialmente os municipais, realmente percebem o Ideb como uma meta a ser cumprida, como previa o PDE. Além do status conferido às escolas e aos municípios com altos índices, principalmente através de destaque concedido pela mídia regional e nacional, os professores e diretores de algumas cidades do país têm direito a um 14º salário^{xii}, ou seja, uma bonificação, caso sua escola atinja determinado patamar no Ideb. De modo geral, observa-se que o foco principal da análise dos resultados do Ideb é verificar a posição de determinada escola, município ou estado nos rankings comparativos e, no máximo, identificar em que medida houve melhora ou piora de resultados.

Pais e alunos são conscientes da importância de um “alto Ideb”. Utilizam o indicador no momento de escolha da escola, se existe mais de uma opção, e quando

analisam suas estratégias frente à educação escolar (o vestibular é a maior preocupação dos alunos entrevistados pela Folha de São Paulo). Entretanto, como ocorre com os demais atores envolvidos, os pais e os alunos de escolas públicas ainda não tem uma percepção clara de que características realmente influenciam o Ideb; eles sabem o que querem – uma escola com um “alto Ideb” –, mas não têm ferramentas para avaliar que fatores proporcionariam um contexto favorável a um “alto Ideb”.

O indicador também passou a ser um termômetro político. Além de ser utilizado em marketing eleitoral^{xiii}, conforme verificado em mais de 10 reportagens da Folha de São Paulo, diversos programas governamentais, como o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), do governo Lula, que transfere recursos diretamente às escolas, sem intermediação de prefeituras ou governo estadual, para serem investidos em projetos pedagógicos ou de infraestrutura, estão baseados no cumprimento das metas definidas pelo MEC a partir do Ideb.

Percebe-se que pouco se utilizam os questionários contextuais^{xiv}, respondidos pelos alunos, professores e diretores de escolas submetidas às avaliações do SAEB (Aneb e Prova Brasil), para diagnosticar o desempenho dos alunos nas provas de matemática e língua portuguesa, e a partir daí tomar medidas que melhorem a qualidade do ensino. As tomadas de decisão e a implementação de políticas públicas educacionais estão, na maioria dos casos, associadas à experiência dos gestores públicos e dos representantes de instituições escolares, em vez de estarem pautadas em dados previamente coletados, mas ignorados pelo poder público e pela população.

Popkewitz e Lindblad (2001) afirmam que as estatísticas educacionais como, por exemplo, o número de alunos matriculados em cada nível e modalidade de ensino, taxas de repetência, índices de analfabetismo etc., acabam sendo tomados como espelhos da realidade. Segundo os autores, as estatísticas procuram mostrar aspectos da população que precisam de intervenção, estabelecendo relações entre tipos de família, condições econômicas, formação de professores e situação de fracasso escolar, e acabam criando agregados estatísticos, através do agrupamento de pessoas que apresentam as mesmas características para determinados aspectos. “(...) As estatísticas constroem classes de pessoas, inventários ou perfis de pessoas que podem ser geridas” (POPKEWITZ;

LINDBLAD, 2001, p. 126), facilitando o monitoramento e a supervisão, tanto das pessoas quanto das políticas públicas. Associa-se o fracasso escolar com tipos de família, com renda, com acesso a bens culturais; relaciona-se o ensino com o tamanho da classe, formação do docente, material disponível nas escolas e a educação passa a ser administrada com base nesses critérios. No entanto, Popkewitz e Lindblad (2001) argumentam que ocorre a criação de um padrão de normalidade a partir das estatísticas, através do qual as diferenças passam a ser “aberrações” – as crianças de risco, os que apresentam dificuldades de aprendizagem, os imaturos etc. Deste modo, as estatísticas educacionais produziram uma normatização que poderia criar novas formas de exclusão.

Uma das principais críticas ao Ideb é que ele se refere às médias e não às notas individuais dos alunos. Segundo a professora Maria Márcia Malavasi, da Universidade Estadual de Campinas, “é perigoso trabalhar com médias, porque você não considera os alunos ruins. Enquanto eu tiver um aluno com desempenho péssimo, eu não posso dizer que está tudo bem. Na educação, temos que cuidar de todos, e não da média”^{xv}. A adoção de médias, ou agregados, pode esconder níveis desiguais de aprendizado entre os diferentes grupos de alunos.

Especialistas em educação ainda contestam as avaliações do Ideb por colocar as escolas em concorrência umas com as outras e gerar pressões nos alunos, professores, diretores e demais envolvidos; por avaliar somente o desempenho dos alunos em matemática e língua portuguesa, ignorando as demais disciplinas escolares; e por ser o professor o aplicador das avaliações – as pressões, as ofertas de bonificações por melhores desempenhos no Ideb e outros critérios subjetivos podem comprometer os resultados.

Embora esta pesquisa tenha concluído que a opinião pública percebe que os professores são os principais responsáveis tanto pelo bom como pelo mau desempenho do Ideb, não se deve interpretar esta informação como guia de criação e implementação de políticas públicas na área da educação. Provavelmente, investimentos nos professores – seja em capacitação, salário, plano de carreira, motivação etc. – tragam resultados positivos no desempenho do Ideb, mas convém lembrar que esta pesquisa não realizou um diagnóstico do desempenho do indicador da educação básica brasileira; seu objetivo

foi interpretar a opinião pública a respeito do desempenho do Ideb nas escolas, municípios, estados e nacionalmente.

A lição que fica é a de que o Ideb é mais que um indicador e o seu resultado é mais do que uma posição num ranking imaginário. O Ideb é útil e a opinião pública tem esta percepção. O ponto-chave é utilizá-lo de maneira adequada para que realmente se possa melhorar a qualidade da educação brasileira.

Referências

ARQUIVOS DA FOLHA. Folha de São Paulo, São Paulo, mar. 2007 a jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei das diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 248, p. 27.833-27.841, 24 dez. 1996.

DRYZEK, John S. “Legitimidade e Economia na Democracia Deliberativa”. In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.), *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 41-62.

FARAH, M. F. S. *Reconstruindo o estado: gestão do setor público e reforma da educação. Planejamento e políticas públicas*. São Paulo, IPEA, n. 11, p. 189-236, 1994.

FERNANDES, Reynaldo. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HEUSER, Carlos Alberto. *Projeto de Banco de Dados*. 4. ed. Série Livros Didáticos n. 4. Instituto de Informática da UFRGS. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

POPKEWITZ, T. S.; LINDBLAD, S. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 75, p. 111-148, 2001.

PORTAL IDEB. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

SEIBEL, Erni José. *Pesquisa hemerográfica*. Florianópolis: UFSC (Mimeo), 2013.

SPANIOL, Enio Luiz. A metodologia da pesquisa empírica com banco de dados no estudo hemerográfico: da sistematização das informações à compreensão da realidade social. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL: MOBILIZAÇÕES E CONEXÕES, 2012, São Paulo. Anais eletrônicos. Juazeiro do Norte, CE: Campus da UFC no Cariri, 2012. Disponível em: <<http://anaisenapegs.com.br/2012/dmdocuments/263.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2013.

THIMOTEO, F. E. P. *A Avaliação da Educação Básica: uma análise qualitativa dos instrumentos contextuais do SAEB no período de 1995 a 2001*. 2003. 120f. Dissertação de Mestrado em Administração Pública e Governo – Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Anexos

Tabela 5. Fatores causais de bom desempenho do Ideb, por grupos de emissores de opinião pública

Fatores causais de bom desempenho do Ideb	Sujeitos								Totais por fator	Percentuais
	Diretores de escolas	Especialistas em Educação	Funcionários de escolas	Gestores públicos	Jornalistas	ONGs	Outros	Professores		
Alunos	2	1	0	2	2	0	0	1	8	7%
Autoestima dos alunos	1	0	0	0	0	0	0	1	2	25%
Alunos selecionados	1	0	0	0	1	0	0	0	2	25%
Avaliação das dificuldades individuais dos alunos	0	0	0	1	0	0	0	0	1	13%
Nível socioeconômico dos alunos	0	1	0	0	1	0	0	0	2	25%
Meritocracia e bonificação de alunos	0	0	0	1	0	0	0	0	1	13%
Currículo, proposta pedagógica e material didático	2	4	0	6	1	2	1	2	18	16%
Material didático	0	2	0	3	1	1	0	0	7	39%
Projeto pedagógico	1	2	0	3	0	1	1	2	10	56%
Treinamento para preenchimento de gabaritos	1	0	0	0	0	0	0	0	1	6%
Diretores de escolas	0	2	1	1	1	0	1	0	6	5%
Eficiência dos diretores	0	1	1	0	1	0	1	0	4	67%
Indicação apolítica de diretores	0	1	0	0	0	0	0	0	1	17%
Meritocracia e bonificação de diretores	0	0	0	1	0	0	0	0	1	17%
Estratégias das escolas	0	2	0	4	0	1	0	0	7	6%
Manipulação das avaliações	0	1	0	0	0	0	0	0	1	14%
Reação a resultados anteriores do Ideb	0	1	0	2	0	0	0	0	3	43%
Gestão participativa	0	0	0	2	0	1	0	0	3	43%
Estrutura das escolas	3	3	0	6	3	0	0	2	17	15%
Infraestrutura	1	2	0	3	0	0	0	1	7	41%
Ambiente de aprendizagem	1	0	0	0	0	0	0	1	2	12%
Turno integral	1	0	0	2	0	0	0	0	3	18%
Recursos financeiros	0	1	0	1	0	0	0	0	2	12%
Uso de laptops	0	0	0	0	2	0	0	0	2	12%
Baixo número de alunos por sala de aula	0	0	0	0	1	0	0	0	1	6%
Gestão municipal da educação	1	0	0	3	0	0	0	0	4	4%
Implantação de metas e diagnóstico	1	0	0	1	0	0	0	0	2	50%
Boa gestão municipal	0	0	0	2	0	0	0	0	2	50%
Outros fatores causais	0	2	0	0	1	0	0	0	3	3%
Municípios pequenos do interior	0	2	0	0	0	0	0	0	2	67%
Queda da taxa de fecundidade	0	0	0	0	1	0	0	0	1	33%
Pais de alunos	1	3	0	2	0	0	0	0	6	5%
Acompanhamento dos pais	1	0	0	2	0	0	0	0	3	50%
Educação dos pais	0	2	0	0	0	0	0	0	2	33%
Nível socioeconômico dos pais	0	1	0	0	0	0	0	0	1	17%
Professores	3	2	0	18	1	4	0	2	30	27%
Avaliação de professores	0	1	0	3	0	1	0	0	5	17%
Dedicação dos professores	1	0	0	2	1	1	0	0	5	17%
Política salarial e plano de carreira dos professores	0	0	0	3	0	0	0	0	3	10%
Capacitação dos professores	1	1	0	7	0	1	0	1	11	37%
Motivação dos professores	1	0	0	2	0	1	0	1	5	17%
Meritocracia e bonificação de professores	0	0	0	1	0	0	0	0	1	3%
Sistema de ensino	0	2	0	7	2	3	0	0	14	12%
Progressão continuada	0	0	0	1	1	1	0	0	3	21%
Rede bem estruturada	0	1	0	3	1	1	0	0	6	43%
Aumento do número de estudantes na educação infantil	0	1	0	2	0	1	0	0	4	29%
Cursos médios integrados (institutos federais)	0	0	0	1	0	0	0	0	1	7%

Tabela 6. Fatores causais de mau desempenho do Ideb, por grupos de emissores de opinião pública

Fatores causais de mau desempenho do Ideb	Sujeitos							Totais por fator	Percentuais	
	Alunos	Diretores de escolas	Especialistas em Educação	Gestores públicos	ONGs	Outros	Pais de alunos			Professores
Alunos	0	0	0	3	4	0	0	0	7	10%
Evolução na carreira escolar	0	0	0	1	0	0	0	0	1	14%
Heterogeneidade dos alunos	0	0	0	0	2	0	0	0	2	29%
Altas taxas de reprovação	0	0	0	1	2	0	0	0	3	43%
Altas taxas de evasão escolar	0	0	0	1	0	0	0	0	1	14%
Currículo, proposta pedagógica e material didático	0	0	0	2	2	0	0	1	5	7%
Material didático	0	0	0	0	1	0	0	0	1	20%
Curriculo	0	0	0	2	1	0	0	1	4	80%
Diretores de escolas	0	0	0	1	0	0	1	0	2	3%
Baixa eficiência dos diretores	0	0	0	1	0	0	1	0	2	100%
Estrutura das escolas	2	2	2	4	1	0	1	3	15	21%
Infraestrutura	1	1	0	2	0	0	0	1	5	33%
Falta de segurança	1	1	0	0	0	0	1	0	3	20%
Falta de material	0	0	0	0	0	0	0	1	1	7%
Falta de recursos financeiros	0	0	1	2	1	0	0	0	4	27%
Falta de merenda	0	0	0	0	0	0	0	1	1	7%
Alto número de alunos por sala de aula	0	0	1	0	0	0	0	0	1	7%
Gestão municipal da educação	0	0	0	3	0	0	0	0	3	4%
Má gestão municipal dos recursos	0	0	0	3	0	0	0	0	3	100%
Outros fatores causais	0	0	0	2	0	1	0	0	3	4%
Condições externas	0	0	0	2	0	1	0	0	3	100%
Pais de alunos	0	1	0	1	0	0	0	0	2	3%
Falta de acompanhamento dos pais	0	1	0	1	0	0	0	0	2	100%
Professores	3	2	2	11	1	0	2	4	25	35%
Absenteísmo dos professores	2	1	0	1	0	0	2	0	6	24%
Falta de professores	1	0	1	3	0	0	0	0	5	20%
Baixo salário dos professores	0	1	0	1	0	0	0	2	4	16%
Falta capacitação para os professores	0	0	1	3	1	0	0	1	6	24%
Baixa motivação dos professores	0	0	0	3	0	0	0	1	4	16%
Sistema de ensino	0	2	0	6	2	0	0	0	10	14%
Progressão continuada	0	1	0	0	0	0	0	0	1	10%
Burocracia do sistema de ensino	0	1	0	2	0	0	0	0	3	30%
Inclusão social (aumento de matrículas)	0	0	0	4	1	0	0	0	5	50%
Falta de políticas específicas para o final do Ensino Fundamental	0	0	0	0	1	0	0	0	1	10%

Notas

- ⁱ Foi instituído pelo governo brasileiro para promover as reformas educacionais consideradas necessárias para inserir o país no projeto de desenvolvimento global. Sua abrangência se deu em todos os níveis e modalidades do sistema educacional e visava alinhar a educação ao Projeto de Aceleração Econômica (PAC).
- ⁱⁱ O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Conta com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento (evasão) e rendimento escolar (aprovação e reprovação).
- ⁱⁱⁱ O PDE, através do Ideb, projeta metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino, para que o Brasil atinja o patamar educacional que têm hoje a média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa evoluir da média nacional 3,8, registrada em 2005, para um Ideb igual a 6,0, na primeira fase do ensino fundamental em 2022. As metas são diferenciadas para cada rede e escola e são apresentadas bianualmente de 2007 a 2021. No caso das redes e escolas com maior dificuldade, as metas preveem um esforço mais concentrado, com apoio do MEC, para que elas melhorem mais rapidamente, diminuindo assim a desigualdade entre esferas.
- ^{iv} Em outubro de 2012, a circulação paga foi de 321.535 exemplares nos domingos e 297.927 exemplares nos dias úteis, ou seja, uma média de 301.299 exemplares de segunda a domingo, de acordo com auditoria

do Instituto Verificador de Circulação (IVC). A Folha de São Paulo também possui uma versão on-line no endereço <<http://www.folha.uol.com.br/>>.

- v Banco de Dados, de acordo com Heuser (1998, p. 3), é um “conjunto de dados integrados que tem por objetivo atender a uma comunidade de usuários”. Contém informações sobre um conjunto de objetos ou entidades perceptíveis e manipuláveis, que são sistematizadas e armazenadas em aplicativos de computador.
- vi Foi utilizado o termo “Ideb” como palavra-chave na busca de reportagens no arquivo da Folha de São Paulo, com período de pesquisa de 01/01/2000 a 23/06/2013.
- vii A própria Folha de São Paulo tem como princípios editoriais: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. Esta pesquisa não pretende fazer análise de discurso nem questionar o caráter ideológico das reportagens analisadas.
- viii O caderno Cotidiano é publicado diariamente. Oferece ao leitor informações sobre as principais capitais do país a respeito de segurança, educação, direito do consumidor, entre outros tópicos considerados “úteis ao dia-a-dia” do leitor.
- ix As estratégias das escolas foram mencionadas apenas em relatos sobre os fatores que causam bom desempenho do Ideb.
- x Dentre os emissores de opinião pública sobre o desempenho no Ideb analisados nesta pesquisa (Gráfico 5), somente pais de alunos e alunos não emitiram opinião sobre fatores causais do bom desempenho do Ideb, não constituindo parte do termo “opinião pública” quando se refere aos fatores causais do bom desempenho do Ideb neste artigo.
- xi Dentre os emissores de opinião pública sobre o desempenho no Ideb analisados nesta pesquisa (Gráfico 5), somente funcionários de escolas e jornalistas não emitiram opinião sobre fatores causais do mau desempenho do Ideb, não constituindo parte do termo “opinião pública” quando se refere aos fatores causais do mau desempenho do Ideb neste artigo.
- xii É o caso de Foz do Iguaçu, onde, segundo reportagem publicada em 17 de setembro de 2012 na Folha de São Paulo, todos os alunos da rede pública são avaliados por equipes da Secretaria da Educação pelo menos duas vezes ao ano. A partir da avaliação, traça-se uma meta para o próximo Ideb de cada escola. Todos os funcionários, do porteiro ao diretor, das escolas que cumprirem a meta ganham um 14º salário.
- xiii A partir da leitura das reportagens da Folha de São Paulo, constatou-se que, em diversas situações, o Ideb é utilizado como ferramenta de marketing eleitoral tanto a favor (propaganda) de um determinado partido, cujo Estado ou município governado pela legenda tiveram bom desempenho no Ideb, como contra (ataque a) um partido associado ao baixo desempenho do índice. Em diferentes reportagens observou-se que, mais do que propor medidas a fim de melhorar a qualidade do ensino, os candidatos se apropriam do Ideb para rotular partidos, governos e ações políticas.
- xiv Os questionários contextuais aplicados juntamente com as avaliações do SAEB contêm questões sobre aspectos da vida escolar, do nível socioeconômico, capital social e cultural dos alunos; da formação profissional, das práticas pedagógicas, do nível socioeconômico e cultural, dos estilos de liderança e das formas de gestão dos professores e diretores; e das condições de infraestrutura, de segurança e dos recursos pedagógicos disponíveis nas escolas.
- xv Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1206200843.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2013.